

# PFL acha que Sarney derrota parlamentarismo

O líder do partido, José Lourenço, garante que basta o Presidente querer manter seus poderes

"O presidente José Sarney pode derrotar com facilidade este sistema neoparlamentarista aprovado pela Comissão de Poderes. Basta querer. Aliás, acho que deve querer porque nunca vi ninguém abrir mão de seus poderes", observou ontem o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que conversou ontem com o Presidente da República.

A fórmula da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo não durará muito, mesmo que venha a ser aprovada pela Constituinte, na opinião do líder do PFL. "Bastará o futuro presidente da República, eleito com 30 ou 40 milhões de votos, convocar um plebiscito para decidir se mantém esse neoparlamentarismo e ele estará derrubado".

## CAUTELA

Apesar de vários parlamentares do PFL terem votado na comissão por esse sistema, Lourenço acredita que a maioria do partido votará contra. Esse percentual tende a crescer se o presidente Sarney tiver interesse na sua rejeição. A tese de que o Presidente ficou muito enraquecido não o convence. "Pelo contrário, ele tem muitos poderes".

Presidencialista convicto, Lourenço acha que não há condições para o parlamentarismo.

"Não temos tradição e nem partidos fortes para sustentar o novo regime, que em nenhuma hipótese pode ser considerado uma solução para os problemas nacionais".

Estranha Lourenço que os representantes dos grupos de esquerda sejam chamados de progressistas. "Eles são tão pigmeus quanto a matriz do pensamento deles, a Albânia. São progressistas os que defendem o regime da Rússia que após 70 anos de sua Revolução está apresentando como grande êxito o voto secreto? Eles é que são os reacionários".

— Os verdadeiros democratas são os representantes do PMDB, do PFL e outros partidos, incluindo o PDT, que votaram em favor de proposições que realmente beneficiam o povo e que desejam, para citar um exemplo, aumentar os recursos destinados à educação.

Lourenço, que viaja hoje para Portugal, aponta como "impatriótica" qualquer crítica ao Plano do ministro Bresser Pereira, que considera capaz de resolver a crise econômica. Ele voltou a criticar com veemência o ex-ministro Dilson Funaro da Fazenda, acusando-o de haver promovido a falência externa — "a moratória foi porque não tínhamos dinheiro" — e a total desorganização da economia interna.

GIVALDO BARBOSA



Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães: dois candidatos a primeiro-ministro

## Luta fica para o plenário

O Brasil começará praticar um regime parlamentarista quase puro a partir de março de 1988, se o Palácio do Planalto não conseguir promover algumas modificações destinadas a reconstituir a ideia original concebida pelo consultor geral da República Saulo Ramos. Mas, se a fórmula saiu além do que desejavam o Governo, Ulysses Guimarães e outros presidencialistas, este foi o único meio de negociar com a Constituinte o mandato de cinco anos para o atual presidente da República, segundo o deputado Carlos Sant'Anna.

O líder do Governo na Câmara acredita que foi o máximo que poderia obter, para o Governo, no atual processo político. "Pode ser que, mais à frente, tenhamos condições de introduzir algumas modificações de forma a assegurar um presidencialismo mitigado", afirma.

conformado a aceitar esta realidade, se assim for a vontade da maioria dos constituintes.

Através da negociação e do entendimento, o líder conseguiu amenizar a proposta do deputado pernambucano Egidio Ferreira Lima que reduzia o presidente da República à condição de Chefe de Estado, como nos regimes parlamentaristas clássicos.

Políticos experientes e defensores do presidencialismo, como a forma de governo que melhor se adapta às peculiaridades históricas do Brasil como Ulysses Guimarães, ainda alimentam esperanças de mudanças na proposta que a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo acabou aprovando. "O jogo ainda não terminou", afirma Ulysses, prevendo mudanças nos estágios posteriores da Constituinte.

## González não dá conselho

O primeiro-ministro da Espanha, Felipe González, afirmou ontem, em entrevista coletiva no Congresso Nacional, que não se "atreveria" a recomendar ou não ao Brasil a adoção do sistema parlamentarista de Governo, embora seu País tenha adotado tal sistema com sucesso. "Temos uma experiência que é muito própria, sem um projeto prévio. Digo que a população de cada País tem a sua personalidade e deve procurar

o que melhor atenda às suas necessidades, sem basear-se em respostas encontradas por outros países", aconselhou. Para González, no entanto, o ideal é que o Poder Executivo tenha uma grande capacidade de tomar decisões e o parlamento uma grande capacidade de controlar o Executivo. "Mas como esse equilíbrio se expressa constitucionalmente depende da personalidade do povo", ressaltou.

## Ulysses, candidato óbvio

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso admitiram, ontem, que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães "é candidato óbvio" a primeiro-ministro, mas lembraram que há outros nomes, caso a maioria do plenário da Assembleia Nacional Constituinte confirme a implantação do regime parlamentarista no Brasil a partir de março de 1988.

"O Ulysses é candidato óbvio a primeiro-ministro, mas isso não significa que não existam outros nomes", dizia, em seu gabinete, ontem à tarde, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, ele mesmo apontado como outro forte nome do partido para ocupar o cargo. Em vários setores do PMDB também é citado o nome do senador Fernando Henrique Cardoso, que exerce a liderança da bancada e compete com Covas na política paulista.

O senador Fernando Henrique Cardoso considera Ulysses um dos nomes mais importantes do Parlamento e do PMDB para ocupar o cargo de primeiro-ministro, mas, de longe, adverte que ainda não é hora de lançar nomes. "Antes de tudo, é preciso verificar se a Constituinte vai aprovar o parlamentarismo. Depois, veremos isso", diz Cardoso.

## AINDA É CEDO

O líder do PMDB na Assem-

bléia Nacional Constituinte afirmou que "no parlamentarismo, o surgimento de nomes é a última fase; primeiro devemos ter as alianças dos partidos que compõem a maioria, depois o programa de governo e, só aí, surgem os nomes".

Além disso, Covas não acredita que a Assembleia Nacional Constituinte aprove o sistema parlamentarista de governo. Ele argumenta que o assunto ainda não está definido, e acha que, no final, será votado um "presidencialismo parlamentarizado". Se Ulysses e o presidente José Sarney têm um acordo em separado, no que diz respeito ao sistema de governo e ao mandato presidencial, Covas disse desconhecer. Mas ressaltou que "se existem concordâncias entre Ulysses e Sarney, elas não vêm de hoje". E lembrou a defesa que ambos fazem do presidencialismo e do mandato de cinco anos.

O líder do PMDB na Constituinte argumentou que a sua defesa pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney não se vincula a este ou aquele sistema de governo, mas se relaciona à taxa de legitimidade do atual presidente da República, que assumiu o Palácio do Planalto para completar o período de transição. E esse período, segundo Covas, será concluído com a promulgação da nova Constituição.

## "E cedo para nomes"

O senhor é candidato a primeiro-ministro do Brasil? — Sou?

Com essa resposta evasiva, o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, negou, após despedir-se do primeiro ministro espanhol, que desde já pretendia ser o primeiro-ministro brasileiro, a ser escolhido pelo presidente José Sarney no próximo ano. Ele voltou a defender ontem o "presidencialismo temperado", com um Legislativo forte, mas "sem entorpecer o Executivo".

Ulysses, que confessou desconhecer muitos dos dispositivos votados no fim de semana, disse que o assunto ainda vai

evoluir e argumentou que "não devemos ir para a ortodoxia parlamentarista". Defendeu um regime onde o Executivo "esteja armado para atuar com agilidade".

Dizendo desconhecer que é candidato — "Estou sabendo agora" — o presidente do PMDB recusou-se a falar em nomes: "Seria muito prematuro pronunciar-me agora, porque é preciso ainda burilar a forma do que foi aprovado na comissão".

Para Ulysses, a votação em favor do parlamentarismo e dos cinco anos para o presidente José Sarney não é conclusiva. Ele lembrou que as duas matérias deverão ainda passar pela Comissão de Sistematização e, principalmente, pelo plenário da Constituinte.

## Premier detém poder fundamental

REJANE DE OLIVEIRA  
Da Editoria de Política

### Comissão de Organização dos Poderes

Nem só de mandato presidencial e sistema de Governo viveu a Comissão de Organização dos Poderes. Além de tratar destas duas questões e da reestruturação de toda a Justiça brasileira, o substitutivo do deputado Egidio Ferreira Lima ainda trouxe inovações que outros relatores tentaram, sem sucesso, aprovar em suas comissões. Sutilmente, sem estardalhaço, o deputado pernambucano conseguiu incluir entre as atribuições exclusivas do Congresso a de conceder e renovar as concessões de emissoras de rádio e televisão, a mesma proposta que quase resultou na destituição dos deputados Arthur da Távola e Cristina Tavares de suas respectivas relatorias.

Parlamentarismo em moldes próximos ao figurino clássico, instituição da justiça agrária, criação do Conselho da República, extinção da figura do vice-presidente da República, ampliação da inviolabilidade parlamentar, admissão da inconstitucionalidade por omissão e aprovação do procurador-geral da República pela Câmara são alguns dos pontos importantes do substitutivo aprovado pela comissão. A seguir, uma listagem das inovações:

**Mandato presidencial:** pelo texto aprovado, Sarney e seus sucessores governarão pelo período de cinco anos, proibida a reeleição.

**Sistema de Governo:** aprovado o regime parlamentarista quase ortodoxo, com a chefia de Estado entregue ao Presidente da República e o comando absoluto do Governo nas mãos do primeiro-ministro.

**Eleição:** a eleição do Presidente da República será direta e ocorrerá 90 dias antes do término do mandato em curso. A votação será em dois turnos.

**Successão:** Em caso de impedimento do Presidente da República, ausência do País ou de vacância do cargo, serão chamados para sucedê-lo os presidentes da Câmara, do Senado e do STF, sucessivamente. A figura do vice-presidente foi extinta pela comissão.

**Atribuições:** o substitutivo aprovado enumera 29 atribuições para o Presidente da República, entre as quais a nomeação e exoneração do primeiro-ministro, a supervisão dos planos de Governo, a proposta de orçamento, a dissolução da Câmara, o comando da política externa e a concessão de indulto. Já o primeiro-ministro, embora com apenas 19 atribuições relacionadas, detém poderes fundamentais como o de dirigir a administração federal, indicar os ministros de Estado, expedir decretos, elaborar o programa de Governo e iniciar o processo legislativo.

**Formação do Governo:** começa com a indicação do primeiro-ministro ao Congresso, pelo Presidente da República. Se não for rejeitado através de moção reprobatória, será considerado automaticamente aprovado. Depois da segunda moção consecutiva, a Câmara terá que aprovar, por maioria absoluta, uma lista duplicada a ser encaminhada ao Presidente da República.

**Dissolução:** ocorrendo a hipótese anterior, se em dez dias o Parlamento não conseguir maioria para aprovar os dois

netes. Há dois tipos de moção: a reprobatória, que pode ser utilizada quando da apresentação do plano de Governo pelo primeiro-ministro recém-indicado; e a de censura, que só pode ser proposta seis meses depois da posse do gabinete. Nas duas hipóteses, é necessário o apoio de maioria absoluta daquela Casa.

**Procurador-Geral:** entre suas novas funções, a Câmara também aprovará a indicação do procurador-geral da República.

**Senado:** o Senado não participa diretamente do Governo, mas pode recomendar à Câmara que rejeite moção reprobatória. Também aprovará a escolha dos titulares dos seguintes cargos: membros do Conselho Monetário Nacional, presidente dos Bancos Central e do Brasil, ministros do TCU, governadores de territórios e chefes de missão diplomática.

**Dívida Externa:** qualquer operação financeira da União, junto aos organismos internacionais dependerá de autorização do Senado, que poderá ainda exonerar o procurador-geral da República.

**Inviolabilidade parlamentar:** é restabelecida em toda a sua plenitude, caindo as restrições para os casos de crimes contra a honra.

**Comissões:** as comissões técnicas das duas Casas são fortalecidas e valorizadas. De acordo com o texto aprovado, elas podem votar projetos no lugar do plenário e convocar diretamente autoridades do Governo.

**Decurso de prazo:** decorrido o prazo regulamentar sem que seja votado, o projeto será considerado rejeitado, o que significa que o instituto do decurso de prazo terá efeitos invertidos. Caiu, ainda, a possibilidade de uso de decretos-leis pelo Executivo.

**Cúpula do Judiciário:** entre os órgãos de cúpula, foram introduzidos o Tribunal Superior de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais e Juízos Agrários.

**Autonomia:** a Justiça ganha autonomia financeira e administrativa.

**Supremo:** o Supremo Tribunal Federal passa a ter 16 ministros, sendo cinco indicados pelo Presidente da República, seis pela Câmara e os cinco restantes escolhidos pelo Presidente dentre os integrantes de listas tripartites elaboradas pelo próprio STF.

**Arguição de Inconstitucionalidade:** hoje restrita ao procurador-geral da República, este tipo de recurso poderá ser utilizado pelo Presidente da República, primeiro-ministro, mesas do Senado, da Câmara e das Assembleias Legislativas, governadores, OAB, partidos políticos e confederações sindicais.

**Omissão:** é instituída a inconstitucionalidade por omissão.

**Conflitos de terras:** o julgamento sobre questões da terra fica agora subordinado à Justiça Agrária.

**Classistas:** os juizes classistas do trabalho passam a ser eleitos diretamente pelos respectivos sindicatos.

**Ministério Público:** é fortalecido e passa a ser chefiado pelo procurador-geral da República.

**Defensoria Pública:** é instituída para a defesa, em todas as instâncias, dos juridicamente necessitados.

## Líderes buscam um acordo dos opostos

Os líderes do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, e na Constituinte, senador Mário Covas, procuraram ontem o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, para tentar dar os primeiros passos no rumo de uma negociação visando evitar os impasses e confrontos registrados nas votações das subcomissões e comissões temáticas. Foi uma conversa franca e aberta, a ponto de o líder governista ter dito ao senador Mário Covas que se ele tem mesmo esse objetivo deve começar por reconhecer a existência de alas e correntes dentro do partido e tentar ser o líder de todas elas.

Ainda a Covas, Sant'Anna lembrou-lhe a forma como ele assumiu a liderança na Constituinte — ganha pela sensibilização de toda a bancada com um discurso em favor da união do partido — e que isso não pode ser esquecido. Portanto, acha o deputado, chegou a hora de ele assumir o papel de líder de todo o PMDB, sem raízes em nenhum grupo, condição indispensável para fazer algo concreto. De minha parte, disse ainda o líder governista, sempre falei em entendimento e negociação, sobre a necessidade de buscar o consenso, até porque acho que a Constituinte não pode ser refle-

xo de uma corrente que esmagou a outra, nem pode dar só um lado de pensamento. Ele acha também que, se não dá, o jogo é outro, obrigando a ala que lidera até programar as brigas, como fez na Comissão de Organização dos Poderes, mas com resultado positivo, porque deu para negociar.

Depois, Sant'Anna conversou demoradamente com o líder Luiz Henrique, ao qual atribuiu qualidades para entabular a negociação dentro do PMDB, na medida em que não tem atritos maiores com nenhuma das alas. Na sua opinião, isso começa a ser essencial porque o presidente Ulysses Guimarães demonstrou que não se inclina, pelo menos neste momento, a realizar esse trabalho.

Sant'Anna está convencido também que nem sempre o Centro Democrático penderá para a direita, como é a expectativa do mundo político, haja vista que na questão social o acordo se deu com a esquerda. Para o líder, todos os indícios são de que precisam agora conversar e formar um clima capaz de não obrigar ninguém a se curvar, mas obter um texto de consenso, numa linha de pensamento aceitável mesmo por aqueles que estejam em minoria.

## Partidos querem pôr fim à radicalização

Tanto no PFL quanto no PMDB há deputados e senadores preocupados com a radicalização dos debates na Constituinte. Reunidos ontem à noite na residência do deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), 15 deputados do PFL se comprometeram a intensificar os entendimentos com os moderados e centristas do PMDB e de outros partidos, em busca de entendimentos que visem à elaboração de uma Carta de consenso, sem radicalismos.

"Vamos procurar o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o senador Marco Maciel, presidente do nosso partido, para que eles tomem a iniciativa de aproximar as correntes que desejam o entendimento", disse ontem Alcântara, observando que a falta de diálogo levará à elaboração de uma Constituição contraditória e efêmera, com a parte econômica voltada para o grande empresário e a parte social feita sob medida para os trabalhadores organizados, sem as linhas do bom senso necessárias a uma Carta.

O deputado Lúcio Alcântara disse que a radicalização vem sendo estimulada pelo comportamento dos líderes José Lourenço (PFL) e Mário Covas (PMDB). O primeiro, por insistir em posições retrógradas, que não são aceitas pela ala moderada do seu partido. O segundo, por indicar como relatores de subcomissões e comissões parlamentares incapazes sequer de obter o consenso dos próprios peemedebistas sobre os anteprojetos que apresentaram, abrindo caminho para os impasses observados.

Argumentou que se a corda estica a maioria dos políticos de centro é obrigada a ficar com as posições conservadoras para não se engajar nas de esquerda. No entanto, se houver uma posição de equilíbrio de centro para a esquerda, uma posição moderada, "haverá condições de aprovar mudanças importantes na Constituinte que aproximem a nova Carta

Constitucional do programa do PMDB".

Esse grupo de parlamentares, que constitui o núcleo formado de um bloco de centro-esquerda, pretende realizar diversas reuniões nos próximos dias para definir objetivos e aglutinar parlamentares.

### PMDB APOIA

Animados com os resultados da negociação que conduziram no âmbito da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, contentando esquerda e direita em torno da fórmula parlamentarista aprovada, um grupo de deputados do PMDB, à frente Jutahy Magalhães Junior, Ibsen Pinheiro e Genebaldo Correia, vai tentar formar um grupo de 50 ou mais integrantes de centro-esquerda para influir na Constituinte.

"Não queremos ficar situados no dilema representado pelos deputados José Genoino e Roberto Cardoso Alves", disse Jutahy, afirmando que esse dilema é falso e não representa a maioria da Assembleia Nacional Constituinte. Argumentou que a radicalização só pode interessar aos que resistem contra qualquer tipo de alteração na injusta estrutura social do País.

Jutahy Magalhães Junior, que é coordenador da bancada do PMDB da Bahia, disse que, sem o concurso das lideranças de seu partido, ele e outros companheiros conseguiram coordenar uma negociação que resultou na fórmula parlamentarista afinal aprovada, a qual contentou a esquerda e a direita — incluindo o próprio PT, que ficou satisfeito com a criação da justiça agrária.

Ele, Ibsen Pinheiro, que é vice-líder da bancada do partido na Câmara, Genebaldo Correia (BA) e o senador José Fogaça (RS) já começaram as articulações entre deputados e senadores do PMDB visando a formar este núcleo de centro-esquerda. "Tenho certeza de que a maioria quer reformas moderadas", disse Jutahy.

## Cardoso: é preciso juízo

"Não podemos fazer da Constituinte uma pelada de futebol. Tem que se ter juízo" — disse o líder do PMDB senador Fernando Henrique Cardoso, ao advogar a necessidade de que o bom senso e o desarmamento de espíritos predominem nas negociações.

Na sua opinião, a Constituinte tem que ser sensível aos setores que querem mudanças, e para

isso, deve afinar os radares com a sociedade. O senador defendeu a elaboração de um quadro de referências, homogêneo, "porque se olharmos os textos produzidos nas comissões vamos constatar que cada um vai para um lado".

Isso quer dizer, resumiu, que alguns setores, desejam mudar demais e outros não desejam avanços.

## 23 jornalistas na coletiva de Sarney

O presidente José Sarney concede hoje às 11 horas, a sua segunda entrevista coletiva, desde que assumiu o governo no dia 15 de março de 1985, e faz parte do pacto feito com os jornalistas credenciados na Presidência da República, no mês passado, como parte da compensação pela proibição da circulação dos repórteres nos corredores do terceiro andar do Palácio do Planalto.

A entrevista tem uma duração prevista em 45 minutos, como ocorreu da vez anterior, em junho de 1985. O Comitê de Imprensa "Tancredo Neves" selecionou 23 profissionais de jornais, rádios e televisões que farão as perguntas ao presidente Sarney. O local da entrevista será o auditório do anexo do Palácio do Planalto, e vai ser transmitida ao vivo pela TV Nacional.

O clima é de grande expectativa, já que na última sexta-feira foram anunciadas as medidas econômicas, enquanto as comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte concluíram seus trabalhos. Mas, Sarney pode ter muitas novidades no setor do déficit público, já que ontem pela manhã teve um encontro com os ministros do Planejamento, Aníbal Teixeira, e da Fazenda, Bresser Pereira.

Os repórteres da imprensa oficial não farão perguntas, por isso houve um início de protesto dos profissionais que foram aliados do processo, já que são credenciados. O critério utilizado foi o de quem faz cobertura efetiva do Palácio do Planalto. Isso, não representou censura aos profissionais.